



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias		Dólar Na terça-feira	Últimos	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,4% São Paulo	0,07% Nova York	180.463 5/3	\$ 5,157 (- 0,13%)	4/março 5,218 5/março 5,287 6/março 5,243 9/março 5,164	R\$ 1.621	R\$ 5,990	14,90%	14,66%	Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33

MERCADO DE TRABALHO

Para Marinho, redução de jornada é sustentável

Em audiência na Câmara, ministro defende celeridade da votação de projetos que tramitam no Congresso Nacional

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

O ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, descartou, ontem, o envio de um projeto de lei do Executivo tratando de alterações na jornada de trabalho. Segundo ele, houve entendimento, em reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de que os textos já em tramitação contemplam aquilo que o governo Lula defende.

A negociação com Motta envolve, ainda, a votação, primeiro, do PL que trata dos serviços por aplicativos e, em seguida, a jornada de trabalho.

“Não há necessidade de o governo pensar, agora, em mandar um projeto de lei. Os projetos que estão à disposição nas Casas podem responder à necessidade de evoluir esse debate”, disse Marinho, após participar de debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Em sua fala aos integrantes da comissão, o ministro afirmou que a redução de jornada para 40 horas semanais é “plenamente sustentável” e deve, na verdade, aumentar a produtividade. “Nós estamos seguros de que a redução de jornada para 40 horas semanais é plenamente factível, é plenamente e sustentável”, defendeu.

Marinho afirmou que o governo pretende continuar aprofundando estudos técnicos sobre o tema antes de qualquer mudança legislativa. Os levantamentos, segundo ele, estão sendo desenvolvidos em parceria com instituições de pesquisa e universidades.

Entre os órgãos citados estão o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de especialistas que analisam os impactos da redução da jornada no mercado de

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Na audiência para debater a redução da escala 6x1, na CCJ, Marinho citou estudos comprovando que a jornada reduzida aumenta a produtividade

trabalho. “O governo está buscando debater os assuntos, apresentar estudos e dialogar também com o setor empresarial para verificar os impactos em cada setor da economia”, afirmou.

Segundo estudo do Ipea, publicado em fevereiro, a redução da jornada para 40 horas semanais teria impacto inferior a 1% no custo operacional de grandes setores como indústria e comércio.

A audiência na CCJ também contou com a presença da subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner, apresentou dados preliminares baseados em informações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais,

Previdenciárias e Trabalhistas, conhecido como o e-Social.

Segundo ela, o estudo indica que a transição da jornada de 44 para 40 horas semanais, com escala de cinco dias de trabalho por dois de descanso, é “viável, estratégica e benéfica”.

De acordo com os dados apresentados, cerca de 50,3 milhões de trabalhadores estavam empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em dezembro de 2025. Desse, aproximadamente dois terços já trabalham em escala de cinco dias por semana.

Relator da matéria na comissão, o deputado Paulo Azi (União-BA) afirmou que o tema exige

responsabilidade e construção de consenso entre trabalhadores e empregadores. “O que pior pode acontecer é que uma matéria de tamanha relevância seja conatinada pelo populismo e pela demagogia”, disse o parlamentar, que ainda destacou que a comissão tem como função analisar a admissibilidade da proposta, mas considerou inevitável que o debate sobre os impactos econômicos e sociais também seja iniciado nesta fase da tramitação.

Aplicativo

O presidente Hugo Motta afirmou que o projeto de lei complementar que regulamenta o

trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos pode ser votado no plenário da Casa entre o fim de março e o início de abril.

Segundo Motta, a intenção do Parlamento é construir um texto que garanta proteção mínima aos trabalhadores sem comprometer o funcionamento das plataformas digitais. “Queremos entregar ao país uma condição para que esses trabalhadores tenham garantias e condições mais dignas de trabalho, sem que isso resulte em aumento de custos para os consumidores”, afirmou.

O principal impasse nas negociações envolve a definição de um valor mínimo para corridas e entregas. O governo de-



Nós estamos seguros de que a redução de jornada para 40 horas semanais é plenamente factível, é plenamente e sustentável"

Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego

fende o pagamento de R\$ 10 por serviço, acrescido de R\$ 2,50 por quilômetro percorrido. Já o relatório apresentado na Câmara prevê piso de R\$ 8,50.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que o governo continuará negociando para incluir o piso defendido pelo Executivo. Caso não haja acordo, a proposta poderá ser apresentada como emenda durante a votação no plenário.

Segundo ele, a regulamentação é necessária para equilibrar a relação entre trabalhadores e empresas. “Do jeito que está hoje, só interessa às grandes plataformas. Há casos em que a empresa fica com até 50% do valor de uma corrida”, afirmou.

Para Luiz Marinho, a aprovação de uma lei representará um primeiro passo para organizar o setor. Segundo ele, a ausência de regras claras hoje deixa trabalhadores e empresas em situação de insegurança.

“O pior dos mundos é a situação em que estamos. Esse é o pior dos mundos para o empregador e para o motorista”, afirmou.

CONJUNTURA

Haddad estuda ser candidato em SP

» RAPHAEL PATI
» VICTOR CORREIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou, ontem, que vai deixar a pasta na próxima semana, e que estuda sua candidatura ao governo de São Paulo. Ele é o principal cotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a decisão já é dada como certa por aliados. Na chegada à sede da pasta, o titular da pasta ainda afirmou que discute a composição da chapa paulista com Lula e outros integrantes do governo, especialmente as candidaturas ao Senado Federal.

“Eu devo deixar o governo na semana que vem”, disse o ministro a jornalistas, sem firmar uma data. “Tenho conversado com o presidente, e estamos alinhando. Não é só a candidatura, você tem que ver o bloco das pessoas que vão compor a chapa. Estamos vendo isso com todos os cuidados devidos”,

acrescentou o ministro. Haddad resistiu, inicialmente, à pressão de Lula para concorrer. Ele defendia participar apenas da campanha à reeleição do presidente. Porém, o cenário mudou com pesquisas mostrando o avanço do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Estudos, como o publicado pelo Datafolha no último domingo (8), mostraram ainda que Haddad é o nome mais competitivo contra o atual governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos). De acordo com a pesquisa, Tarcísio lidera com 44% das intenções de voto, e Haddad vem em seguida com 31%. Já o levantamento divulgado pelo instituto Real Time Big Data, no início desta semana, mostra que o atual mandatário do Palácio dos Bandeirantes aparece com 47% dos votos no primeiro turno, contra 31% do ministro da Fazenda, em um dos cenários avaliados.

Durante a entrevista na sede da pasta, Haddad reconheceu

Lula Marques/ Agência Brasil



Ao chegar à Fazenda, ontem, Haddad admitiu sair na semana que vem, mas disse que ainda analisa com Lula se sairá candidato ao governo de SP

a dificuldade do governo em emplacar uma candidatura forte para concorrer com Tarcísio de Freitas, que lidera com folga as pesquisas mais recentes. “É sempre desafiador para o campo progressista, mas

o importante em uma eleição, em primeiro lugar, é você qualificar o debate. É você, por meio do contraditório, elevar o nível do debate, das propostas, e não deixar ninguém na zona de conforto. Nem situação e

nem oposição”, destacou o ministro.

O titular da Fazenda disse, ainda, que conversa com o vice-presidente Geraldo Alckmin e com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, sobre o cenário

paulista. Alckmin deve ter papel como coordenador da campanha no estado, e Tebet pretende concorrer ao Senado. Para isso, pode ter que trocar o MDB pelo PSB. Além de Tebet, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também é cotada para o Senado. Para isso, ela planeja deixar a Rede e voltar ao PT.

“Temos que ver como esse grupo pode ajudar, tanto a qualificar o debate em São Paulo, quanto a jogar luz sobre o governo atual e o governo passado no plano federal”, disse Haddad. Após a saída do ministro, a Fazenda passará a ser comandada pelo atual secretário-executivo, Dário Durigan, que foi elogiado pelo atual chefe da pasta. “Dário possui uma relação muito boa com o presidente, de muita confiança, e tem o domínio do ministério há muitos anos. É um grande gestor público, mas é uma prerrogativa do presidente anunciar”, acrescentou.